

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 16/05/2024, PELA PROMOTORIA DE
JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, DE DEFESA COMUNITÁRIA E CIDADANIA, DA
INFÂNCIA, JUVENTUDE E DOS IDOSOS DE BARCARENA/PA.**

Aos **16 (dezesseis)** dias do mês de maio de 2024, às 09h:30min, na sede da Igreja Evangélica Seja Cristão, na Vila do Conde, neste município de Barcarena/PA, em consonância com o Edital nº 001/2024 de Convocação, foi aberta a audiência pública cujo objetivo é promover a escuta da sociedade barcarenense, bem como colher informações das comunidades locais a respeito das principais vulnerabilidades nas áreas de atuação do Ministério Público, com foco especial no meio ambiente, defesa comunitária e cidadania. Inicialmente, houve a composição da mesa de abertura, a qual foi presidida pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça, Dr. **Márcio Silva Maués de Faria**, e teve como integrantes Milvea Carneiro, Secretária Municipal de Saúde; Juliana Nobre Soares, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, e demais participantes constantes na lista de frequência e autoridades municipais.

Lista de inscrição para pronunciamento e lista de frequência disponibilizadas aos participantes.

Declarada aberta a audiência pública, o presidente iniciou com agradecimento aos presentes, bem como apresentação das atribuições do Cargo da Promotoria de Justiça de Barcarena no qual é titular. Posteriormente, esclareceu que a audiência pública tem por objeto promover a escuta da sociedade barcarenense, e colher informações das comunidades locais a respeito das principais vulnerabilidades nas áreas de atuação do Ministério Público, com foco especial no meio ambiente, defesa comunitária e cidadania.

1º inscrito – Josiel Santos – Comunidade Burajuba – iniciou criticando o transporte público de Barcarena, que viola os direitos das pessoas com deficiência e idosos; ausência de fiscalização da Arcon; não há infraestrutura nos ramais da Vila do Conde;

2ª inscrita – Maria Andreia Pereira – Comunidade Acuí – iniciou entregando um pequeno material acerca do protocolo de consulta prévia; relatou que as ruas da

comunidades estão esburacadas; já foi feita reclamação junto aos órgãos da prefeitura, mas não foi obtida resposta satisfatória; o transporte escolar é totalmente insatisfatório, fazendo com que muitas crianças deixem de frequentar as escolas; os ônibus não entram na comunidade devido à precariedade das ruas; o poder público abandonou a Comunidade do Acuí.

3º inscrito – Rosemiro Brito – Bairro Industrial – que sente a ausência dos representantes eleitos pelo povo para entender o sofrimento da comunidade; que os pescadores têm dificuldades de praticar as suas atividades; que as vias estão totalmente sem estruturas; que as empresas se instalam no local e não respeitam os moradores que aqui já estavam; que o sistema de abastecimento de água é precário; que não são contra as empresas, mas querem ter os seus direitos respeitados.

4º inscrito – Carlos Augusto Espíndola – Comunidade Tauá – iniciou falando sobre a origem do povo de Barcarena; que entregou um “mapa de existência” da Comunidade; criticou a atividade empresarial que desrespeita os povos e degrada o meio ambiente; que as empresas expulsam os moradores de seus territórios; que reclamou do abandono do poder público; que o ônibus escolar não entra na comunidade devido à precariedade das vias; que é preciso rever a situação da CODEC.

5º inscrito – Edvan Couteiro – Advogado – que mencionou as ações indenizatórias que foram ajuizadas contra algumas empresas (Imerys, Alunorte e etc.), e em favor da comunidade afetada; que critica as festas promovidas pela prefeitura municipal em parceria com as grandes empresas; que se dirigiu à Secretaria Municipal de Saúde e questionou sobre a aplicação dos recursos.

6º inscrito – Áreo Yuri – Barcarena Sede – que as empresas de transporte aquaviário não respeitam os direitos dos estudantes; que não há saneamento básico em várias ruas de Barcarena.

7º inscrito – Henrique Nery – Associação dos Barraqueiros e Comerciantes da Praia do Conde – reclama que o poder público só atua depois de ocorrer algum sinistro/acidente; que destacou a precariedade do transporte coletivo; que as lanchas que

fazem o transporte da população não respeitam a gratuidade; que há um grande fluxo de carretas que ocupam as rodovias, causando vários acidentes; que destacou a poluição atmosférica, dos rios e dos solos; que não há fiscalização dos órgãos do Estado e do Município acerca dessas poluições causadas pela atividade empresarial; e destacou a falta de saneamento básico.

8ª inscrita – Edileuza Monteiro – Comunidade Curuperé – que a energia elétrica só abrange uma parte da comunidade e não sabe dizer o motivo; que há um abandono do poder público; a água que chega na comunidade vem através de um caminhão pipa, pois a água natural está contaminada pela atividade empresarial.

9º inscrito – Alberto Carlos Duarte – Vila dos Cabanos – que reforçou novamente a questão da falta e má qualidade da água; que a tarifa da concessionária Águas de São Francisco é uma das mais altas; que há cobranças abusivas por parte da empresa Águas de São Francisco.

11º inscrito – Flávio Magno – Comunidade Canaã – que a verba pública está sendo mal distribuída; que os recursos públicos não são aplicados satisfatoriamente na Vila do Conde; não há projeto de infraestrutura na Vila do Conde; não há ruas pavimentadas na Comunidade Canaã.

12ª inscrita – Raimunda Souza de Souza – Vila do Conde – é Presidente da Cooperativa dos Pescadores; que reclama que os pescadores não conseguem mais pescar por causa da contaminação das águas, além do fluxo de grandes barcos e navios, que prejudicam tal atividade; que as empresas não empregam moradores locais; que reclama que não foram beneficiários das indenizações originárias de ações judiciais e TAC's; informou sobre a má qualidade da água.

13ª inscrita – Ruthilene de Avis Ribeiro – Bairro Industrial – que elogiou o complexo de saúde instalado na Vila do Conde; elogiou também o CRAS; criticou as cobranças feitas pela concessionária Águas de São Francisco, além da má qualidade da água; que mostrou um vídeo para provar a má qualidade da água fornecida.

14ª inscrita – Joselia dos Santos Baía – Associação dos Pescadores – entregou um documento sobre o XXIX do Festival do Peixe; que reclamou que não tem apoio da Prefeitura Municipal de Barcarena; que o poder público não deu qualquer resposta sobre isso;

15º inscrito – Simeão Medeiros de Souza – Vila do Conde - reclama que após a chegada das empresas a população foi expulsa/remanejada sem ser fornecida qualquer estrutura; que a atividade empresarial polui a atmosfera, os rios e os solos; que as indenizações não chegam na comunidade;

16º - Inscrito – Ademir Gomes – Comunidade São João Batista - que há um projeto de restauração da Igreja Católica da Vila do Conde São João Batista, tombada pelo Estado e Município, porém até o momento nada foi aplicado e executado; que nada pode ser feito porque o IPHAN proibiu devido às questões burocráticas do tombamento, e a igreja está se decompondo.

17º inscrito – José de Jesus – Ilha do Capim – que as ponderações feitas foram relacionadas ao município de Abaetetuba, sobre os malefícios ambientais causados pela atividade empresarial;

18ª inscrita – Maria Luiza – Comunidade Tauá – que pede socorro sobre a ausência e qualidade precária da água.

19ª inscrita – Silvana dos Anjos – Barcarena Sede Zita Cunha – entregou um documento que trata acerca do pedido de melhoria das ruas e vias no Bairro Zita Cunha e comunidades adjacentes, para colocação de radares e faixas elevadas, para segurança da população; que clama que seja feito um projeto pelo poder público para tratamento das águas, poluídas pela atividade empresarial

20º inscrito – Paulo Feitosa – Instituto Ribeirinhos – tratou acerca do TAC da Hydro, no ano de 2018; que as comunidades ainda não foram beneficiadas pelos recursos originários desse Termo de Ajustamento de Conduta; que a atividade de pesca está sendo

prejudicada pela poluição das águas e fluxo de navios; pede fiscalização nas águas de lastro despejadas pelos navios

21º inscrito – Michell de Souza Alves – Vila do Conde – reforçou o problema da má qualidade da água; falou sobre a importância das atividades sociais na comunidade; disse que é muito importante construir uma escola politécnica e universidades públicas; tratou da ressocialização dos jovens

22º inscrito – Manoel Moraes – Rede TV – que as grandes empresas não empregam os moradores da comunidade local em altos cargos; que essas grandes empresas degradam o meio ambiente, porém não indenizam de forma satisfatória as vítimas e nem executam projetos em benefício das comunidades de Barcarena; que a saúde da população é diretamente atingida pela atividade empresarial.

Após os pronunciamentos dos inscritos, o D. Promotor de Justiça agradeceu a participação de todos, informou que atuará naquilo que for atribuição do cargo em que é titular, mas nas demais demandas dará o devido encaminhamento ao órgão cabível. Em seguida, foi dada a palavra à Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que afirmou que as demandas aqui tratadas serão registradas e serão dado os devidos encaminhamentos, de acordo com a atribuição do Município. Logo depois, a Secretária Municipal de Saúde pediu a palavra e ressaltou que é importante ouvir a população para se fazer uma estratégia de política pública.

Que nada mais houve, razão pela qual foi encerrada a presente audiência pública.

MÁRCIO SILVA MAUÉS DE FARIA
*1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente,
de Defesa Comunitária e Cidadania,
da Infância, Juventude e dos Idosos de Barcarena/PA.*